



uy
ANF

ATA NÚMERO UM

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (POR TEMPO INDETERMINADO) TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DO MAPA DE PESSOAL DA SECRETARIA GERAL DA ECONOMIA

Aos 4 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nas instalações da secretaria Geral da Economia, reuniu o júri do Procedimento identificado em epígrafe, estando presentes:

Presidente: Mestre João Manuel Domingos da Silva Rolo, Secretário Geral Adjunto da Secretaria Geral Da Economia;

Primeiro Vogal Efetivo: Licenciada Maria Cristalina de Melo Xavier e Silva Gomes, Chefe de Equipa da Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Informação de Gestão da Secretaria Geral Da Economia;

Segundo Vogal Efetivo: Licenciada Ana Maria Ferreira Castelão Dias Ferreira, Técnica Superior da Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Informação de Gestão da Secretaria Geral Da Economia.

1. A reunião do júri obedeceu à seguinte ordem de trabalhos: -----
 - a) Definir os critérios de admissão/exclusão dos candidatos; -----
 - b) Elaborar o mapa para efeitos de registo dos requisitos e demais elementos no âmbito do processo de admissão/exclusão dos candidatos; -----
 - c) Fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos de seleção *prova de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de seleção*; -----
 - d) Elaborar os modelos das fichas dos *candidatos admitidos e excluídos, avaliação curricular e da entrevista profissional de seleção*. -----
2. Relativamente às alíneas anteriores, o júri deliberou: -----
 - I. Adotar, como critérios de admissão/exclusão dos candidatos a verificação dos requisitos previstos na lei, bem como a formalização das candidaturas nos termos e no prazo estabelecidos; -----
 - II. Adotar o mapa de modelo anexo para efeitos de registo dos requisitos e demais elementos no âmbito do processo de admissão/exclusão dos candidatos; -----
- III. Fixar os parâmetros de avaliação, ponderação, grelha classificativa e sistema de valoração final dos métodos de seleção *prova de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de seleção*; --
- IV. Serão utilizados, como métodos de seleção obrigatórios, a avaliação curricular, ou a prova de conhecimentos caso as atividades exercidas pelos candidatos não sejam idênticas às do posto de trabalho posto a concurso, e como método de seleção complementar, a entrevista profissional de seleção, sendo o ordenamento final dos candidatos expresso de 0 a 20 valores, até às centésimas, de acordo com as seguintes fórmulas: -----

$$CF = (AC \text{ ou } PC * 70\%) + (EPS * 30\%)$$

em que:

CF = Classificação Final

AC = Avaliação Curricular

PC = Prova de Conhecimentos

EPS = Entrevista Profissional de Seleção



- V. No âmbito da aplicação dos métodos de seleção, considerar-se-ão excluídos os candidatos que não comparecerem a qualquer um dos métodos de seleção ou que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos;
- VI. No que respeita ao método de seleção **Prova de Conhecimentos (PC)**, este visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. A prova de conhecimentos irá incidir sobre conteúdos de natureza genérica e/ou específica diretamente relacionadas com as exigências da função;
- VII. Na Prova de Conhecimentos é adotada a escala de valoração de 0 a 20, com expressão até às centésimas, com 20 questões valoradas com um valor cada, tendo a mesma caráter eliminatório para os candidatos que obtiverem valoração inferior a 9,5 valores, pelo que não lhes é aplicado o método seguinte; A Prova de Conhecimentos será de natureza teórica, revestirá a forma escrita e será efetuada em suporte de papel, de realização individual, não sendo permitida a consulta da legislação e bibliografia, com a duração máxima de noventa minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:
- Orgânica do Ministério da Economia e da Secretaria Geral
 - Enquadramento Orçamental
 - SNC - AP
 - Compromissos e Pagamentos em Atraso
 - Orçamento do Estado
 - Execução Orçamental
 - Prestação de Contas
- E sobre a seguinte legislação:
- Lei nº 91/2001, 20 agosto, na sua atual redação
 - Lei nº 151/2015, 11 setembro, na sua atual redação
 - Lei nº 70/2018, 31 dezembro
 - Decreto Lei nº 192/2015, 11 setembro, na sua atual redação
 - Lei nº 71/2018, 31 dezembro
 - Decreto Lei nº 84/2019, 28 junho
 - Lei nº 8/2012, 21 fevereiro, na sua atual redação
 - Decreto Lei nº 127/2012, 21 junho, na sua atual redação
 - Decreto Lei nº 155/92, de 28 de julho, na sua redação atual
 - Decreto Lei nº 26/2002, 14 de fevereiro, na sua redação atual
 - Decreto Lei nº 11/2014, 22 janeiro, na sua redação atual
 - Decreto Lei nº 76/2015, 12 maio
 - Portaria nº 287/2015, 16 setembro
 - Despacho 1245/2019, de 25 janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro
 - Despacho 2293A/2019, de 6 de março, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 47, de 7 março
 - Circular Série A nº 1390 DGO
 - Circular Série A nº 1391 DGO
 - Circular Série A nº 1392 DGO
- VIII. Em relação ao método **Avaliação Curricular (AC)** serão considerados e ponderados os seguintes fatores: -
- a) As **habilitações académicas (HA)**;
 - b) A **avaliação de desempenho (AD)**, avaliações de desempenho obtidas nos últimos três ciclos avaliativos;
 - c) A **formação profissional (FP)** ações de formação e de aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
 - d) A **experiência profissional (EP)** com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho em causa e o grau de complexidade das mesmas;
 - e) Para o efeito, o júri aprovou a seguinte fórmula e os correspondentes critérios de avaliação, nos termos do n.º 4 do art.º 9º da referida Portaria 125-A/2019 de 30 de abril:



Handwritten signature and initials in blue ink.

$$AC = \frac{HA + AD + FP + 2EP}{5}$$

- f) No fator **habilitações académicas (HA)**, o júri deliberou considerar a graduação da seguinte forma: -----
- **Habilitações nas áreas de Gestão, Economia, Administração Pública e Contabilidade:**
 - Doutoramento - 20 valores;
 - Mestrado - 19 valores;
 - Licenciatura - 18 valores.
- g) A valoração do fator **avaliação de desempenho (AD)** resultará da média aritmética simples das expressões quantitativas das avaliações de desempenho obtidas nos últimos três ciclos avaliativos, com conversão para a escala de 0 a 20, mediante multiplicação pelo fator 4. Ainda, relativamente aos candidatos que por razões que não lhe sejam imputáveis, não possuam avaliação de desempenho relativa ao período a considerar, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 8º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, é atribuída a pontuação positiva igual a 2, correspondente a desempenho adequado, conforme determina a alínea b), do n.º 1, do art.º 37º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. -----
- h) No fator **formação profissional (FP)** serão consideradas e ponderadas, de acordo com a respetiva duração, as ações de formação diretamente relacionadas com a área funcional do posto de trabalho a ocupar realizadas após 2015 (*inclusive*). O júri não considerará outras ações de formação por entender que as mesmas não têm interesse direto para a referida área, bem como não atribuirá pontuação àquelas cuja frequência não seja documentalmente comprovada. -----
- i) A pontuação será atribuída de 0 a 20 valores, de acordo com os seguintes critérios: -----
- Pós Graduação na área - 2 valores;
 - Ações de formação com duração superior a 30 horas - 1 valor;
 - Ações de formação com duração igual ou inferior a 30 horas - 0,5 valores;
 - Às ações de formação em dias, aplica-se a escala de conversão de 1 dia / 7 horas;
 - No caso de não ser referida a duração da ação de formação no respetivo certificado, a mesma será pontuada como ação de formação com duração inferior a 30 horas.
- j) No fator **experiência profissional (EP)**, valorizado de 0 a 20 valores, considerar-se-á a experiência profissional específica, concretamente a experiência profissional na área das competências definidas para a Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Informação de Gestão, através da ponderação dos seguintes subfactores, com as pontuações abaixo mencionadas: -----
- **Qualidade da Experiência (Q)** - de 0 a 16 valores, resultando a valoração desta, do somatório das seguintes pontuações parcelares, convertendo-se para o limite máximo de 16 valores eventuais pontuações superiores: -----
 - 1) Elaboração de informações com vista a obtenção de autorização tutela e/ou Finanças (0/3 valores)
 - 2) Reporte e/ou validação de Fundos Disponíveis (0/4 valores); -----
 - 3) Reporte e/ou validação da Previsão Mensal de Execução (0/4 valores);
 - 4) Elaboração de relatórios com ponto de situação das entidades (0/4 valores) -----
 - 5) Prestação de informação orçamental e financeira junto da DGO (0/1 valores); -----
 - 6) Ausência de experiência nas áreas antecedentes (0 valores). -----
 - À pontuação obtida em Q, acrescerá a pontuação de 0 a 3 valores, pela seguinte forma, segundo a **Relevância dos Trabalhos Realizados (R)**: -----
 - 1) **Nível Relevante** - Realização de trabalhos de especial relevo e complexidade em qualquer das áreas elencadas nos números 1 a 5 antecedentes do subfactor Q - 0/3 valores; -----
 - 2) **Nível bom** - Realização de trabalhos nas áreas elencadas em qualquer dos números 1 a 5 antecedentes do subfactor Q, demonstrativos da posse de experiência/ conhecimentos considerados adequados ao bom desempenho do posto de trabalho - 0/2 valores; -----



4
ANEX

- 3) *Nível suficiente* - Realização de trabalhos em qualquer das áreas elencadas nos números 1 a 5 antecedentes do subfactor Q, demonstrativos da posse de alguma experiência/conhecimentos necessários ao normal desempenho do posto de trabalho - 0/1 valor;
- 4) *Nível insuficiente* - Ausência de trabalhos nas condições elencadas nos números 1 a 5 antecedentes, do subfactor R - 0 valores;
- À pontuação assim obtida, acresce ainda a pontuação de 0 a 1 valores, resultante da **Duração da Experiência (D)**, nas áreas elencadas nos números 1 a 5 antecedentes do subfactor Q:
- 1) Superior a 3 anos - 0/1 valor;
- 2) Até 3 anos - 0/0,5 valores;
- 3) Sem experiência - 0 valores.
- A valorização final da EP, expressa de 0 a 20 valores, resultará da aplicação da fórmula seguinte:

$$EP = Q + R + D$$

- X. Em relação ao método **entrevista profissional de seleção (EPS)**, fator de avaliação complementar a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, serão considerados e ponderados os seguintes fatores: Experiência Profissional (EP), Valorização e Atualização Profissionais (VAP), Aspetos Comportamentais, Capacidade de Comunicação e Relacionamento Interpessoal (ACC): ----

$$EPS = \frac{EP + VAP + ACC}{3}$$

Em que:

- **(EP) Experiência profissional**, em que se analisará e ponderará o exercício de atividades idênticas ou afins ao conteúdo funcional do posto de trabalho a prover, designadamente do ponto de vista da sua complexidade e nível de responsabilidade;
 - **(VAP) Valorização e atualização profissionais**, em que se determinarão e apreciarão os esforços e o interesse revelados pelos candidatos em realizar-se e aperfeiçoar-se profissionalmente de forma sistemática em áreas relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho a prover;
 - **(ACC) Aspetos comportamentais, capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal**, em que se analisará e ponderará a sequência lógica do raciocínio, a capacidade de comunicação, a capacidade de relacionamento interpessoal e ainda, o comportamento revelado pelo candidato na entrevista.
- XI. Cada um dos fatores será avaliado, tendo presente a caracterização do posto de trabalho a ocupar, compreendendo cinco níveis de hierarquização, aos quais correspondem as seguintes pontuações, de acordo com o n.º 5 do art.º 9º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. Assim, a Entrevista Profissional de Seleção, de caráter público, é avaliada, em cada parâmetro, segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, conforme abaixo discriminados, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo o resultado final obtido através de média aritmética simples das classificações dos parâmetros. Para esse efeito, será elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada:
- **Elevado** - O candidato transmite as suas ideias com assinalável espontaneidade, apresentando um discurso excecionalmente bem estruturado, fluente e claro e manifesta grande profundidade na abordagem das questões relativamente ao fator considerado - 20 valores;
 - **Bom** - O candidato transmite ideias claras, num discurso bastante fluente, devidamente correlacionadas e congruentes no que respeita às questões abordadas, revelando já assinalável nível de comunicação e informação no que concerne ao fator considerado - 16 valores;
 - **Suficiente** - O candidato consegue transmitir ideias bastante aceitáveis relativamente às questões abordadas e ao fator considerado - 12 valores;

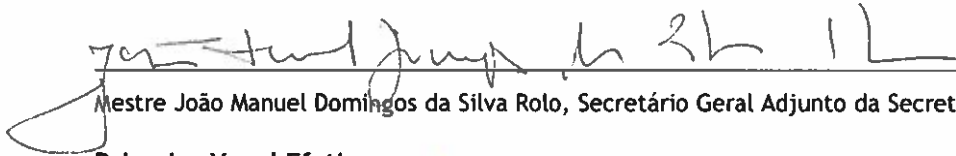


- **Reduzido** - O candidato transmite um mínimo de ideias aceitáveis relativamente às questões abordadas e ao fator considerado; todavia revelam-se vagas e inseguras no que concerne ao fator considerado - 8 valores;
- **Insuficiente** - O candidato transmite algumas ideias relativas às questões abordadas, mas estas apresentam-se desconexas, confusas, ou não consegue transmitir qualquer ideia a respeito do fator considerado - 4 valores.

XII. Por último, o júri deliberou aprovar os modelos da Ficha Auxiliar da Admissão/Exclusão dos Candidatos, da Ficha de Avaliação Curricular (AC), da Ficha de Entrevista Profissional de Seleção (EPS) e da Ficha de Classificação Final (CF), juntando como anexos I, II, III e IV, respetivamente, as quais fazem parte integrante da presente Ata.-

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata, a qual, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do júri presentes. ---

Presidente


 Mestre João Manuel Domingos da Silva Rolo, Secretário Geral Adjunto da Secretaria Geral Da Economia

Primeiro Vogal Efetivo


 Licenciada Maria Cristalina de Melo Xavier e Silva Gomes, Chefe de Equipa da EMPIG da Secretaria Geral Da Economia

Segundo Vogal Efetivo


 Licenciada Ana Maria Ferreira Castelão Dias Ferreira, Técnica Superior da EMPIG da Secretaria Geral Da Economia